

UM LUGAR PARA RECORDAR: APROXIMAÇÕES ENTRE A CIDADE, O ESPAÇO PÚBLICO E A MEMÓRIA COLETIVA

Nádia Cristina Moraes Sampaio Gobira¹

Thiago Souza Silva²

Elton Moreira Quadros³

Luciana Araújo dos Reis⁴

RESUMO: Este ensaio, de caráter bibliográfico, tem como objetivo apresentar as relações referentes ao espaço público, os campos de futebol de várzea e a memória coletiva. Como esse ambiente está inserido numa atmosfera urbana, explorou-se a significação do lugar e as construções de significado imputadas pelos indivíduos, onde se operacionam os fenômenos da memória que, neste trabalho é considerado como produto da construção social. Empregou-se como fundamentação as contribuições teóricas legadas pelos autores no campo da memória, especialmente Maurice Halbwachs, bem como autores da ciência geográfica. Neste contexto, observou-se que o espaço público serve como elemento de fortalecimento das memórias em torno do lazer e os indivíduos que efetivam a prática do futebol. Essa realidade possibilita o estabelecimento das memórias, uma vez que o ajuntamento viabiliza a continuidade dos grupos e fortalece a memória coletiva que se desenvolve na permanência nos campos de futebol. A memória coletiva não se liga forçosamente aos lugares, mas a realização do que acontece naquele lugar em especial, pois os indivíduos aderem ao espaço em que vive. Todo esse cenário faz parte do processo de produção espacial, ainda que nos dias atuais os campos de futebol de várzea têm desaparecido das paisagens urbanas em função da capitalização das cidades. Nessa confluência, acredita-se que se faz necessário uma intervenção mais efetiva do Poder Público Municipal, como responsável pela integralidade da paisagem urbana, por meio de dispositivos legais, supervisionamento patrimonial e como fomentador educacional das camadas sociais que utilizam esses espaços.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade. Espaço Público. Memória Coletiva

RESUMEN: Este ensayo bibliográfico tiene como objetivo presentar las relaciones con respecto al espacio público, los campos de fútbol de barrio y la memoria colectiva. A medida que este entorno se inserta en una atmósfera urbana, exploramos el significado del lugar y las construcciones de significado imputadas por los individuos, donde operan los fenómenos de la memoria, que en este trabajo se considera como un producto de la construcción social. Las contribuciones teóricas realizadas por los autores en el campo de la memoria, especialmente Maurice Halbwachs, así como los autores de la ciencia geográfica, se utilizaron como base. En este contexto, se observó que el espacio público sirve como un elemento para fortalecer los recuerdos en torno al ocio y las personas que practican fútbol. Esta realidad permite el

¹ Doutoranda do Curso de Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, ndiasampaio@yahoo.com.br.

² Doutorando do curso de Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB thiago_uesb@yahoo.com.br

³ Profº DSC do programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, eltonquadros@gmail.com

⁴ Profª. Doutora do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, lucianauesb@yahoo.com.br.

establecimiento de recuerdos, ya que la reunión permite la continuidad de los grupos y fortalece la memoria colectiva que se desarrolla en la permanencia en los campos de fútbol. La memoria colectiva no está necesariamente vinculada a los lugares, sino a la realización de lo que sucede en ese lugar en particular, a medida que los individuos se adhieren al espacio en el que viven. Todo este escenario es parte del proceso de producción espacial, aunque hoy en día los campos de fútbol de barrios han desaparecido de los paisajes urbanos debido a la capitalización de las ciudades. En esta confluencia, se cree que es necesaria una intervención más efectiva del Gobierno Municipal, como responsable de la integralidad del paisaje urbano, a través de disposiciones legales, supervisión patrimonial y como promotor educativo de las capas sociales que utilizan estos espacios.

PALABRAS CLAVE: Ciudad. Espacio Público. Memoria Colectiva

INTRODUÇÃO

A cidade é compreendida como um ambiente em que se conjuga o cotidiano do homem e da mulher urbanos. Afinal, ela reflete o mundo em seu processo contínuo de transformação, uma vez que a paisagem urbana é o somatório de épocas e tempos distintos que se inscrevem no espaço urbano. A sociedade urbana convive com uma multiplicidade de formas, de estruturas e funções que caracterizam a vida cotidiana.

Sabe-se que o espaço geográfico é produto, meio e condição de reprodução social e acontece também na esfera do vivido. Isso permite a construção de uma rede de significados e sentidos que são entrelaçados pela história, pela cultura e estabelecem identidades, posto que os sujeitos sociais se reconhecem, pois é o lugar onde a vida sucede, portanto “[...] não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial” (HALBWACHS, 2006, p. 170).

Nessa confluência, os grupos sociais aderem a alguns lugares, em especial, e estabelecem sentimentos de pertencimento, pois nesses locais é possível a realização do lazer, do encontro, da comunhão e tem-se uma experimentação da vida urbana como momento de pausa, da realização de práticas socioespaciais.

Diante disso, torna-se fundamental compreender como os lugares são constituídos no espaço urbano, especialmente, os espaços públicos voltados para o lazer e, como esses, são importantes domínios públicos que servem para estruturar os convívios, os entrelaçamentos entres as pessoas.

Essa leitura tem sido necessária, uma vez que, a produção capitalista do espaço se torna cada vez mais acirrada. Em função disso, as paisagens urbanas mudam constantemente e adquirem novas funcionalidades, em contraponto com a manutenção de lugares voltados para a manutenção dos espaços públicos de lazer.

Destarte, pelo viés da memória coletiva dos diversos grupos sociais é possível compreender que o espaço público permite uma aderência importante para a leitura da cidade pelos seus habitantes, pois esses podem utilizar-se da memória coletiva como instrumento imprescindível de ação política na reivindicação pela preservação desses ambientes.

METODOLOGIA

Realizaram-se pesquisas bibliográficas, tendo por elementos centrais a cidade, a memória coletiva e o espaço público, que servirão como direcionamento temático para fundamentar as problematizações propostas.

Procurou-se, portanto, analisar quais os aspectos que interferem na produção e apropriação do espaço citadino pelos grupos sociais que se envolvem na produção informal dos espaços de lazer, como os campos de futebol de várzea.

Assim, observa-se que os lugares estão recheados de significação, de pertencimento, de afetividades e de relações de poder, ainda que simbólicas. Essas representam como os sujeitos sociais usufruem do espaço público dentro das cidades.

Como perspectiva de análise, utilizou-se autores que versam sobre a cidade como Ana Fani Alessandri Carlos, Lana de Souza Cavalcanti, Paulo César da Costa Gomes que trata do espaço público e suas variações no tempo e no espaço, entre outros. Com relação as potencialidades da memória coletiva foram usados os estudos, primordialmente, de Maurice Halbwachs devido as relevantes contribuições para o entendimento desse fenômeno na formatação da cidade, enquanto resultado da prática socioespacial.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

- Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra.*
- *Mas qual é a pedra que sustenta a ponte? – Pergunta Kublain Kan.*
- *A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra.*
Responde Marco -. Mas, pela curva do arco que estas se formam.
- *Kublain Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:*
- *Por que falais das pedras? Só o arco me interessa.*
Polo responde:
- *Sem pedras o arco não existe.*
(CALVINO, 1990, p. 79)

A leitura de uma cidade envolve diversos aspectos. Esses devem ser percebidos na sua materialidade e imaterialidade. Inúmeras relações são estabelecidas na produção espacial e

não há como deixar de envolver os seus habitantes nessa profusão. Ou seja, é fundamental avaliar as múltiplas ações dos sujeitos sociais que a preenchem. Tem-se, portanto, um conjugado de forças nessa produção. Dessa forma, a cidade corresponde ao movimento, a dinâmica impressa pela sociedade que a compõe. Todos os habitantes que dela se apropriam, estabelecem diversas práticas sociais para a continuação de suas vidas, suas memórias e seu cotidiano. Afinal,

O ato de reprodução da vida é, conseqüentemente ato de produção do espaço, além de um modo de apropriação. Nesse raciocínio, afirma-se o espaço como condição, meio e produto da reprodução social: produto resultante da história da humanidade, reproduzindo-se ao longo do tempo histórico e em cada momento da história, em função das estratégias e virtualidades contidas em cada sociedade (CARLOS, 2018, p. 63).

A produção espacial está envolta de seus habitantes, no tempo e no espaço determinado historicamente. Portanto, existe uma base material e um contexto histórico nos quais a vida urbana se desenrola, se efetiva. As relações sociais materializam-se em bases territoriais concretas reveladas na prática espacial da sociedade. Halbwachs (2006, p. 161) afirma que:

Assim, não somente casa e muralhas persistem através dos séculos, mas toda a parte do grupo que está em permanente contato com elas e confunde sua vida com a vida das coisas permanece impassível, porque não se interessa pelo que acontece na realidade fora de seu círculo mais próximo e além de seu horizonte mais imediato.

Destarte, o tempo não pode estar dissociado dessa avaliação, pois não há espaço sem tempo e vice-versa, “[...] a noção de tempo é fundamental. A sociedade é atual, mas a paisagem, pelas suas formas, é composta de atualidades de hoje e do passado” (SANTOS, 2007, p.60). A esse respeito, Carlos (2018, p. 417) comenta:

Assim, ao longo da história, a materialização do processo espacial realiza-se pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares da vida, ao mesmo tempo em que condiciona sua criação. Desse modo, espaço e tempo aparecem através da ação humana em sua indissociabilidade, uma ação que se realiza enquanto modo de apropriação. Nesse sentido, a produção do espaço seria imanente à produção da vida [...] uma vez que todas as relações sociais requerem um lugar e um tempo determinados, sem os quais não se concretizariam.

Por vezes, a produção capitalista do espaço encaminha a cidade para, quase exclusivamente, à contemporaneidade em função do processo de globalização. Na atualidade, a informação se sobrepõe ao conhecimento. O essencial se torna efêmero, pois no espaço urbano, a pressa é destinada a estimular o consumo. Todo tipo de informação e comunicação é usada para que os habitantes comprem itens descartáveis e desnecessários. Não há o interesse

em que o morador desfrute dos lugares. Nem mesmo que possa apreciar a paisagem com calma ou mesmo entender o sentido do modo de vida urbano porque isso não impulsiona o comércio e o consumo.

Neste sentido, tudo deve passar o mais rápido possível. A comunicação instantânea serve apenas para induzir a compra e venda. O que vale é a ocasião do negócio. Sobre a volatilidade da informação, Benjamim (1983, p. 61-62) pontua: “[...] a informação só tem valor no instante em que era nova. Vive apenas nesse instante, precisa-se entregar inteiramente a ele, e, sem perda de tempo, comprometer-se com ele. Agora a instantaneidade dita a regulação do tempo”.

Diante disso, a cidade se inclina à agilidade, a rapidez do trânsito, ao vai e vem das mercadorias, ao barulho das propagandas que alavancam os comércios e a paisagem urbana passa a ter transformações quase imediatas do seu desenho original. Em face das alterações, Carlos (2007, p. 51) comenta:

O ritmo da rua passa a ser determinado cada vez mais pelo ritmo dos meios de transporte, marcando a impossibilidade de antigos usos [...]. A mudança nas relações espaço-tempo revela a profunda mudança nos costumes e hábitos sem que as pessoas pareçam se dar conta, pois as inovações são aceitas de modo gradual, quase despercebidas, embrulhadas pela ideologia que efetiva a degradação da vida cotidiana. A cidade onde tudo se transforma, onde os estilos se multiplicam passa a ser o lugar em que as pessoas “se arranjam para viver ou quem sabe sobreviver” criando constantemente, “formas de ganhar dinheiro.

Os espaços citadinos são construídos mediante as imposições do sistema vigente, uma vez que visa a produção capitalista do espaço. Ou seja, “[...] o sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária que, incessantemente e constantemente, reforma o mundo em que vivemos (HARVEY, 2001, p. 42).

Sabe-se que as cidades são anteriores ao capitalismo. No entanto, sem ele as cidades não mudam seja para qual destino for. Todo o processo de urbanização, de aglomeração de pessoas, de formação da sociedade urbana alterou o espaço e as necessidades de sobrevivência envolvem a produção econômica. Para Maricato (2015, p. 18) “[...] os capitais, em cada momento histórico, buscam moldar as cidades aos seus interesses, ou melhor, aos interesses de um conjunto articulado de diferentes forças que podem compor uma aliança”.

Desta maneira, as cidades brasileiras não diferem dessa realidade e cada vez mais possuem um ritmo acelerado e voltadas para atender aos ditames do capital. Elas estão inseridas em um modelo considerado como moderno, ágil, apressado, tecnológico e sustentável. Isso retrata, primordialmente, o desenho de áreas estruturadas para o uso privado

em detrimento do uso público. Basta observar os condomínios fechados, a especulação imobiliária, os estacionamentos privados no centro da cidade, os lazeres *in door*, como bem observa Haesbaert (2018, p. 232):

Optei por enfatizar a problemática da desigualdade urbana [...] através do que denomino “dinâmicas de contenção territorial”, incluindo os processos de emuramento, com seus muros materiais ou simbólicos, formais ou tácitos, cujas funções e significados são muito variáveis de acordo com o contexto, os sujeitos envolvidos e as escalas espaço temporais a que estão referidos.

Em função disso, é comum perceber que os bairros residenciais estão sendo cada vez mais “empurrados” para as áreas distantes, pois a funcionalidade do comércio anuncia seu domínio nas áreas centrais. Isto posto, reflete o forte efeito negativo da globalização sobre o espaço urbano. Na cidade, a ideia central é de arranjos que promovem a celeridade dos negócios, do capital.

Assim, o transporte coletivo deve servir a chegada e saída aos shopping centers, as lojas e ao centro da cidade com a maior fluidez possível. Em torno dessa finalidade, a cidade retrata esse arranjo. Observam-se as clínicas de saúde em bairros de classe média e ao lado delas é fácil encontrar farmácias, ponto de táxi, pontos de ônibus, bem como hotéis e pousadas. Não tão distante encontram-se restaurantes que vendem comida à quilo e *fast food*. Um combinado pensado, articulado para moldar o ambiente frente a expansão do sistema. Carlos (2018, p. 419) pontua que:

A produção do espaço como mercadoria efetua-se em dois níveis: através da produção da habitação – uma mercadoria intercambiável no mercado imobiliário, sem o qual a função da moradia, não se realiza - e através da produção da própria cidade pelo trabalho social e acumulado ao longo do tempo.

As cidades - mercadorias tornam-se um padrão na atualidade. Nessa perspectiva, tem-se a clara expressão de privatização do espaço citadino que limita o uso pela população e acaba por distinguir quem pode ter acesso ou não. Santos (2018, p. 185) atesta que “[...] parece importante e imprescindível considerar, na leitura sobre a produção do espaço urbano nordestino, os fios invisíveis do capital financeiro, em que a cidade, produção e condição da reprodução da sociedade, passa a ser elemento central”. Vive-se a época da homogeneização e da padronização cultural do mundo, pois: “[...] a época do mundo finito chegou e começou como fim da pluralidade dos mundos. Um mundo único tende a ser um mundo unificado” (LATOUCHE, 1996, p.33).

As realidades apontadas estão presentes e são elementos constituintes do espaço urbano, porém, as diversas leituras desse cenário ainda concedem outras imbricações. Não há

como negar que as cidades refletem o modo de produção econômica. No entanto, não se restringe unicamente à essa categoria, embora dominante. Ainda se notam outras esferas ligadas a essa produção e que se associam na construção espacial, sejam essas cultural, simbólica, ambiental e, sobretudo, social. Conforme Carlos (2007, p. 21):

Nessa direção, a cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais — relações produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social na medida em que se trata da realização do ser social — produzindo um espaço — ao longo do processo histórico. Na perspectiva apontada, a análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade.

Entende-se que as cidades guardam tempo e espaço diferentes, ainda que estejam voltadas para a articulação de ambientes de âmbito global a quase um modelo único de cidade. Essas são lidas, também, pelas articulações que dão todos os dias. Dessa forma, Sobarzo (2007, p. 158) pondera que:

[..] a cidade é considerada como produto condicionante da reprodução da sociedade, da reprodução da vida, das relações sociais que se manifestam na prática socioespacial, ou seja, o espaço público construído e modificado, no dia-a-dia, nas ações cotidianas, no uso e na apropriação que dele se faz e, ao mesmo tempo, o espaço influenciando essa cotidianidade.

Neste sentido, a cidade guarda um conteúdo que se torna fundamental avaliar suas nuances para que sua compreensão se torne cada vez mais abrangente e reveladora.

ESPAÇO PÚBLICO E A MEMÓRIA COLETIVA

As imagens da cidade podem ser determinadas pela maneira como se vive, pelas relações que nela se estabelecem, com as coisas e as pessoas. As histórias dos sujeitos sociais estão diretamente ligadas às convivências, as lutas, ao trabalho, as práticas sociais, ao lazer, ao exercício do poder e suas derivações que se desenrolam nos usos espaciais dos lugares cotidianamente. Arrais (2001, p. 177) argumenta que:

A cidade, ao longo da história, tornou-se um lugar privilegiado para a proliferação de discursos e construção de imagens, devido à enorme concentração de pessoas e objetos, que se tornam a todo momento símbolos espaciais. O contato cotidiano favorece a construção de imagens. É através do contato como o outro e com o mundo, através de discursos, das representações, desejos e receios que a imagem é construída. Essa imagem é resultado da percepção que as pessoas constroem dos textos “não-verbais, da forma física da cidade e dos seus habitantes.

A imagem que advém dela está inserida nas próprias pessoas que as constituíram de forma material ou simbólica. Ela é construída nas representações do grupo ou dos indivíduos, portanto

[...] é justamente a imagem do espaço que, em função de sua estabilidade, nos dá a ilusão de não mudar pelo tempo afora e encontra o passado no presente – mas é exatamente assim que podemos definir a memória e somente o espaço é estável o bastante para durar sem envelhecer e sem perder nenhuma de suas partes (HALBWACHS, 2006, p. 189).

Por isso, é fundamental compreender que existem lugares nas cidades que ultrapassam o tempo e guardam particularidades que são restritas a quem vive, a quem o vivencia e nele se conforma apesar do período transcorrido. Os locais nos quais indivíduos e grupos usam para o lazer, para os encontros, para as manifestações culturais, esportivas, de comunhão, de contemplação e da ação política são espaços de apropriação, de aconchego, uma vez que “[...] o local recebeu a marca do grupo, e vice-versa”. (HALBWACHS, 2006, p. 159).

Esses usos dão sentido a uma conceituação de cidade que parte do pressuposto da prática socioespacial. São as formas de usos que proporcionam significado prático ao cotidiano, que se entrelaça na constituição de um espaço forjado pelo capital, mas que ainda sustentam as memórias, as histórias, as tradições, a própria vida diária.

Afinal, ao pertencer a um lugar dar-se-á sentido a ele, pois está composto dos elementos naturais, sociais, econômicos, políticos e culturais. Nessa perspectiva, Carlos (2007, p. 30) pondera que:

Há, portanto, uma complexidade de relações pois, para o indivíduo, a cidade é o lugar do desejo e de um conjunto de coações que inibem os desejos, e nesta direção a vida na cidade explora o possível. Portanto a produção da cidade (e do espaço) apoia-se em múltiplas funções que não esgotam o real, “o espaço e a cidade” são ser poético e expressão duramente positiva. A cidade e o urbano suscitam um saber e um lirismo, formam uma totalidade aberta e parcial; níveis de totalidades mais vastas.

Para tanto, ao olhar a constituição de uma cidade, constata-se que todo o seu contorno vai muito além das materialidades estabelecidas. Há uma dinâmica própria, existem elementos que a diferenciam, que as tornam singulares, portanto, são, sobretudo, produto de uma lógica, de uma continuidade que deriva de um modo de produção da sociedade. Para tanto, Cavalcanti (2001, p. 15) aponta que “[...] a cidade é um espaço geográfico, é um conjunto de objetos e de ações, mas entendendo que ela expressa esse espaço, como lugar de existência das pessoas, não apenas como um arranjo de objetos, tecnicamente orientado”.

O lugar é uma produção da espontaneidade, ainda que estejam presentes forças produtivas contraditórias. Por isso, a categoria lugar é essencial para a análise do espaço

geográfico à medida que essa possibilita conjugar as estruturas fixas com as relações sociais que nessas se sucedem. “O lugar, portanto, liga-se de modo inexorável à realização da vida como condição e produto do estabelecimento das relações reais indispensáveis a ela, mas a produção da vida e do lugar revela a necessidade de sua reprodução continuada” (CARLOS, 2007, p. 43).

Diante disso, é preciso refletir sobre as práticas sociais, o exercício da cidadania que se direciona para o exercício do *direito à cidade*, do direito de experienciá-la, de construir espaços de sociabilidade, da formação das territorialidades no espaço urbano como inerentes à condição humana. Portanto, “[...] a cidade passa a ser entendida pela dinâmica do território construído, pelas diferentes territorialidades definidas mais ou menos flexível no jogo político da vida cotidiana, individual e coletiva” (CAVALCANTI, 2001, p. 19).

Neste movimento, os espaços públicos são percebidos como lugares que abrigam a coletividade, a atividade social ou tem-se permissão para isso. Nesse dinamismo, esses locais nas cidades vão sendo elaborados e a memória se fortalece, sobretudo, de forma coletiva, portanto, “[...] não há memória que não aconteça em um contexto espacial [...] diremos que realmente não há grupo nem gênero de atividade coletiva que não tenha alguma relação com o lugar” (Halbwachs, 2006, p. 170).

A questão a ser pensada se relaciona aos espaços públicos que permitem a manifestação de grupos, da coletividade, da arte, do encontro, das organizações, dos movimentos que fazem parte da constituição de uma sociedade. Esses não são caracterizados apenas pelo simples agrupamento, contudo deriva de um longo processo de conquistas sociais. São espaços de enlace, do jogo das conversas, dos jogos esportivos, das experiências, da festa, da comunhão e da permissão de que o tempo seja o produtor deles, porque a produção espacial se liga, indubitavelmente, ao decorrer dos anos, da construção material e imaterial do espaço urbano.

Essas congruências advêm das estruturas que promovem os contatos, que possibilitam o desenvolvimento das histórias, das memórias que contam e recontam os modos de vidas, de um povo, de uma nação. As imbricações promovem a ligação das pessoas e dos indivíduos que corporificam a cidade. Quanto a isso Halbwachs (2006, p. 163) diz: “Quando um grupo humano vive por muito tempo em um local adaptado a seus hábitos, não apenas a seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão de imagens materiais que os objetos exteriores representam para ele”.

As interações ligam as pessoas aos espaços e oportunizam uma significação imprescindível para a fundação das raízes a um lugar. Ainda que raro e custoso em uma

cidade, a permanência e a conservação dos espaços públicos conseguem suscitar um processo de reconstrução da memória coletiva que revela novos sentidos para a vida urbana, uma vez que esses consentem os convívios e a comunicação entre as pessoas.

Dessa forma, os lugares são rememorados pelo grupo, pois neles foram possibilitadas as experiências do cotidiano, das lutas diárias, das conquistas e das resistências. Conforme Halbwachs (2004, p. 111): “De cada época de nuestra vida, guaramos algunos recuerdos, sin cesar reproducidos, y a través de los cuelos se perpetúa, como por efectos de una filiación continua, el sentimiento de nuestra identidad”.

É imprescindível compreender que as memórias coletivas não estão inscritas nas paisagens urbanas como imagens duras, imortais e concretadas. Não são os ajuntamentos de espaços visíveis que comprovam a existência da memória de um grupo. Não é o patrimônio urbano, por si só, carregado de sentido.

Esses lugares são recheados de histórias, de transformações que moldam os espaços e os sujeitos sociais que estão presentes no processo. As paisagens urbanas mudam em decorrência de serem dinâmicas e, nessa movimentação, várias pessoas participam, independentemente do agente modificador. A ligação a esses espaços não se restringe ao seu formato físico necessariamente, mas a sua realização.

No entanto, a memória coletiva se liga a esse ou àquele lugar - não porque ele ainda exista ou não foi mudado em sua funcionalidade - mas, justamente, pelo fato de que a vida, de várias pessoas, foi composta pelo que aconteceu ali, pelo o que foi vivenciado, pela importância do que se construiu naquele ambiente e do que se perpetuou.

Para tanto, o espaço público é um local em que as manifestações sociais podem e devem ser estabelecidas para que a cidade possa ser preenchida pelos aspectos significativos e marcantes da vida cotidiana. Ele constitui-se de um território com uma temporalidade e uma espacialidade móvel e é resultante do estabelecimento de várias relações. O espaço público é promotor de ações que são repetitivas, às vezes conflituosas, pois grupos diferentes fazem uso deles, mas não são excludentes, são imprescindíveis no transcorrer da vida urbana. Bem como atesta Gomes (2018, p. 355):

Destas considerações, somos levados a constatar que o aspecto mais importante de um domínio público são os princípios que estruturam as interações entre as pessoas. Esses princípios garantem as bases de uma vida em comum entre pessoas autônomas e independentes, que não se conhecem e não dispõem de outros laços. Essas estruturas que as mantêm unidas e cooperando é formada por um conjunto de regras e disposições que, de maneira uniforme, garantem os direitos à independência e de julgamentos das pessoas consideradas nesse conjunto. Por isso, elas compõem um corpo político. São, assim, os elementos que formam esse conjunto de disposições

e regras que necessitam estar presentes e ativos sobre um espaço para que este se caracterize como um espaço público e que nele atue um conjunto estruturado de pessoas a partir dessas regulações- em suma, um público.

As áreas destinadas ao lazer público são bons exemplos para o entendimento dos hábitos, das tradições e das culturas que são produzidas, que são vividas e rememoradas nas cidades constantemente, entre passado e presente. É a representação da cidade e/ou do que ela significa para quem a habita. Por isso, o espaço e o tempo estão imbricados nas formas e nos discursos que aparecem como consequências das leituras efetuadas pelos indivíduos.

Arrais (2001, p. 180-181) afirma que:

Discursos e imagens são formas de representar a cidade. São maneiras de agir no urbano. Para entender o urbano é necessário compreender a constituição dos discursos e das imagens. É preciso olhar para o cotidiano. Considerar sua existência a partir desses mesmos discursos, dessas mesmas imagens.

O espaço público é regulado, ordenado pelo uso, pelo arranjo necessário para que todos os interessados possam desfrutar do mesmo ambiente. Nesse sentido, no desenrolar da vida dos seus frequentadores, as memórias vão sendo construídas e reconstruídas. Afinal, “[...] o presente torna atual o passado, mas como as lembranças não são reproduções, traduzem o vivido sob a perspectiva do presente”. (MUCIDA, 2009, p. 92). O apego aos lugares proporciona que os registros da vida urbana sejam cada vez mais visíveis. Carlos (2007, p. 43) salienta:

Portanto, o plano do lugar pode ser entendido como a base da reprodução da vida e espaço da constituição da identidade criada na relação entre os usos, pois é através do uso que o cidadão se relaciona com o lugar e com o outro, criando uma relação de alteridade, tecendo uma rede de relações que sustentam a vida, conferindo-lhe sentido. É assim, por exemplo, que a cidade – enquanto articulação de lugares – produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo e cria identificações. Esse plano é aquele do local, que faz da cidade uma mediação entre as ordens próxima e distante

Em vista disso, a sociabilidade se reflete nesses ambientes, como um entrelace de fibras em uma grande rede que tece a estrutura urbana, os modos de vida e os comportamentos citadinos. Neles é proporcionada a comunhão, o estreitar de laços porque possuem uma lógica espacial, a lógica do encontro. A aproximação entre pessoas diferentes com propósitos parecidos. Trata-se de locais nos quais a população é evocada a participar, a permanecer por algumas horas para o exercício de alguma atividade lúdica, esportiva ou mesmo para contemplar o que se passa ao redor. Gomes (2018, p. 357) comenta:

Os espaços públicos aqui contemplados são abertos à frequência variada, de modo que não há barreiras impostas a determinadas categorias da população e tampouco filtros de acesso, como acontece em estabelecimentos

comerciais, nos quais os frequentadores podem ser obrigados a consumir ou a pagar para entrar.

Neste contexto, os espaços públicos se expressam pelo acolhimento, é visto como lugar de pausa, de introspecção, independente do que ali possa ser desenvolvido, visto que guarda uma esfera que se compõe de memórias construídas socialmente, uma vez que nesses espaços a vida acontece em comunidade, portanto,

No jogo das variadas interações sociais, há espaços para onde nos dirigimos quando desejamos encontrar pessoas. Por isso, facilmente percebemos que essas interações sociais são construídas a partir de uma lógica espacial. Assim, a sociabilidade da qual falamos precisa de uma espacialidade específica para se constituir. Nossa atenção se dirige para esses “lugares” onde o evento principal, o interesse mobilizador é o encontro social, ou seja, um grupo variado e heterogêneo de pessoas se desloca para um “lugar” público com um propósito precípua de encontrar outras pessoas. (GOMES, 2018, p. 357).

No entanto, todas essas manifestações não permanecem apenas na materialidade do lugar, mas estão ligados no tempo e espaço sociais. Em função disso, Ricouer (2007, p. 159) acrescenta:

Uma cidade confronta no mesmo espaço épocas diferentes, oferecendo ao olhar uma história sedimentada dos gostos e das formas culturais. A cidade se dá ao mesmo tempo a ver e a ler. O tempo narrado e o espaço habitado estão nela mais estreitamente associados do que um edifício isolado. A cidade também suscita paixões mais complexas que a casa, a medida em que oferece um espaço de deslocamento, de aproximação, de distanciamento. É possível sentir-se extraviado, errante, perdido, enquanto que seus espaços públicos, suas praças, justamente denominadas, convidam às comemorações e às reuniões ritualizadas.

Os espaços públicos são transformados constantemente. Sua função precípua por vezes não é mantida, nem por isso exaure todo o sentido da espacialidade, uma vez que esses ambientes têm um sentido relacionado às práticas e às memórias de quem os experimenta. É, na verdade, um diálogo possível entre épocas distintas, com base no que Ricouer (2007, p. 162) apresenta “[...] a dialética do espaço vivido, do espaço geométrico e do espaço habitado corresponde a uma dialética semelhante do tempo vivido, do tempo cósmico e do tempo histórico”. É como uma forma de existência espacial que confere vida pela frequência que abriga no decorrer de dias, meses e anos.

CAMPOS DE FUTEBOL DE VÁRZEA: UM LUGAR DE MEMÓRIA

Atualmente, os campos de futebol de várzea estão em extinção nas cidades brasileiras. “A privatização dos espaços livres de uso coletivo é, no entanto, um problema que atinge as cidades como um todo sem distinção de classes” (SERPA, 2007, p. 31).

O espaço público muda sua funcionalidade constantemente em face das exigências do capital financeiro e do imobiliário. Contudo, esse espaço ampara uma memória que conta as várias épocas de um lugar, da cidade e dos grupos que se inserem nos ambientes, nesse caso, nas áreas de lazer públicos. Para Halbwachs (2004, p. 169) as memórias “[...] son el resultado de que la memoria de los hombres depende de los grupos que la rodean y de las ideas e imágenes em las que los grupos tienen el mayor interés”.

É um local da recordação, do exercício da territorialidade, uma vez que são públicos e são dotados de relações de poder. Portanto,

[...] uma sociedade democrática não se exprime somente pelas leis e instituições que a regulamentam: ela tem outra importantíssima medida, frequentemente menosprezada, aquela da vivência da ordem pública nos espaços de vida em comum, nos espaços públicos (GOMES, 2018, p. 359).

Os poderes simbólicos estão presentes, tendo em vista que os espaços públicos pertencem, a rigor, a todos ou todos podem usar. No caso específico dos campos de futebol de várzea, a presença masculina sempre foi comum e as memórias estão atadas aos grupos que ali frequentaram ainda frequentam para a prática do futebol. Os jogadores estão vinculados a esse espaço. O público masculino participou de sua formação e colabora na continuidade dos jogos de futebol.

O exercício da prática esportiva nos campos de futebol requer uma organização rígida. Ela é indispensável à manutenção de limites físicos da área, da preservação do solo aplainado, sem buracos, sem ondulações no terreno para a boa prática do futebol.

Há, também, a necessidade de conservação de normas relacionadas ao estabelecimento de regras específicas, as quais não são exatamente àquelas criadas oficialmente para o jogo de futebol, mas as normas voltadas para o funcionamento do espaço. Quer dizer, os regulamentos devem determinar quem irá jogar, dias e horários pré-estabelecidos, a fim de que não haja conflitos entre os jogadores e serve para a permanência da democratização do espaço.

Os jogos, geralmente, devem ocorrer em forma de campeonatos, ou apenas um bate bola. Porém, como o espaço é público, pode ser usado em outros dias. Essa rotina oportuniza que um ou mais grupos se apeguem ao lugar e se amoldem a ele. Sendo assim, lutam pela sua preservação, tanto do local quanto da prática esportiva. Nisto Halbwachs (2006, p. 159) observa que:

Quando inserido numa parte do espaço, um grupo o molda à sua imagem, mas ao mesmo tempo se dobra e se adapta a coisas materiais que a ela resiste. O grupo se fecha no contexto que a construiu. A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém com este passa ao primeiro plano da ideia que tem de si mesmo. Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo enquanto membro do grupo, é o grupo em si que, dessa maneira, permanece sujeito à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio.

Por vezes, encontram-se, nas cidades, terrenos ainda não utilizados e isso favorece o uso dessas áreas para o exercício do futebol. Em virtude disso, alguns bairros possuem campos de futebol que são criados e utilizados pela população local e dos bairros adjacentes. Nesse contexto, suscita-se o entendimento de que “[...] os muros erguidos em torno do futebol não resistiram à formação das metrópoles brasileiras. Foram demolidos pela massa de trabalhadores que encontrou nesse esporte a essência democrática que lhe era negada em todas as outras áreas” (GUTERMAN, 2010, p. 10).

A apreciação pela prática do futebol possibilita que os jogadores estejam cada vez mais próximos, dividindo o mesmo interesse e fortalecendo os grupos de homens, na maioria das vezes, que se habituaram a essa modalidade esportiva. Essa realidade reflete o viés teórico da construção da memória coletiva que está ligada às pessoas que estabelecem vínculos de proximidade. A esse respeito, Ricouer (2007, p.140) atesta que:

Esse plano é o da relação com os próximos, a quem temos o direito de atribuir uma memória de um tipo distinto. Os próximos, são essas pessoas que contam para nós e para as quais contamos, estão situados numa faixa de variação das distâncias na relação entre si e os outros. [...] que fazem da proximidade uma relação dinâmica constantemente em movimento: tornar-se próximo, sentir-se próximo.

Com o desdobramento dessa conjectura, alguns grupos masculinos se fortalecem e mantêm contatos uns com os outros. No exercício da prática do futebol existem os momentos das conversas, da interação e isso possibilita que toda a comunicação seja voltada para os problemas do bairro, do desenvolvimento da cidade, do trabalho e, especialmente, dos rumos da política brasileira. Guterman (2010, p. 10) informa que “[...] com a massificação, o futebol passou a ter também importância política. Sua capacidade de mobilização logo se impôs como elementos muitas vezes decisivo para definir o humor do eleitorado crescentemente menos controlável”.

No momento em que antecede o jogo, histórias são contadas, recontadas e as memórias se solidificam. Desse modo, as recordações se tornam os alicerces simbólicos da construção, que levam dias e anos, dado que são forjados no labor diário, nas contradições espaciais, pois tratam-se de classes, grupos construindo espaços sociais diferentes. Benjamin

acrescenta: “[...] a reminiscência funda a cadeia da tradição, que transmite os acontecimentos de geração em geração. Ela corresponde à musa épica no sentido mais amplo. Ela inclui todas as variedades da forma épica”. (1993, p. 70)

No encadeamento dessas ações, tem-se o histórico de lutas que são travadas entre o governo municipal e a população local (em específico àquelas da organização estabelecidas pelos jogadores e frequentadores dos campos de futebol), com a finalidade da manutenção do espaço público de lazer, os quais se mantêm preservados até os dias atuais.

Por vezes, os canais de comunicação apresentam notícias como essas. Alguns campos, apesar de raros, são frutos de uma resistência que perpassou o tempo, pois as memórias que foram estabelecidas contam uma história de disciplina, de coragem, de derrotas e vitórias frente às transformações inerentes ao espaço urbano. Quanto a isto, Halbwachs (2006, p. 162) considera que:

[...] a diferenciação de uma cidade resulta de uma diversidade de funções e costumes sociais- mas, enquanto o grupo evolui, a aparência da cidade muda mais lentamente. Os costumes locais resistem às forças que tendem a transformá-los e essa resistência permite entender melhor a que ponto esse tipo de grupo a memória coletiva se apoia nas imagens espaciais.

Em continuidade, acredita-se que as recordações se ancoram aos espaços, independente da natureza das manifestações exercidas. Para esse entendimento, é essencial abarcar a percepção de como o modo de vida das pessoas influencia na estruturação do espaço urbano e, muitos desses locais são marcados pela atuação dos seus grupos, inclusive no tempo presente. Disto, cabe registrar que “[...] a memória não se apaga, as marcas não se desfazem no tempo, mas sofrem a incidência do temporal, tudo passa do decurso do tempo [...] não é possível anular o presente e viver do passado” (MUCIDA, 2009, p. 89).

A memória coletiva resiste a passagem do tempo, pois ela é viva e pertence a uma coletividade que construiu a própria história. Por vezes, não foi documentada, não é celebrada no presente, mas está inscrita na paisagem, na vida de um bairro. As estruturas podem ser modificadas, mas a memória é eternizada. “[...] as pedras e os materiais não oferecem resistência. Os grupos resistem e, neles, você irá deparar com a resistência, pelos menos de seus arranjos antigos. Certamente, essa disposição anterior foi, outrora, obra de um grupo” (Halbwachs, 2006, p. 163).

Além disso, as memórias percorrem todos os lugares cotidianamente, por meio dos dispositivos linguísticos. Na produção urbana, os discursos são notados como uma maneira de agir sobre determinado lugar. Cabe lembrar, ainda, que os discursos não são homogêneos. Ou

melhor, nem todas as pessoas de um bairro, por exemplo, estão envolvidas ou consideram importantes a construção e administração de um campo de futebol. Alguns acham que são importantes, enquanto que outros consideram dispensáveis, e, assim, por diante. No entanto, é reflexo da própria produção da cidade que é contraditória, ideológica e difusa.

As transformações no espaço e as novas funcionalidades são carregadas da cristalização das práticas sociais. Isso requer paciência, dedicação, e, principalmente, a movimentação de grupos que se unem em torno de um objetivo primordial, ainda que os conceitos e as ideias possam divergir, não impedem a produção espacial. Com relação aos espaços públicos de lazer, o ponto principal é dotá-lo de aplicabilidade e estabelecer normas para que haja a manutenção da prática esportiva e a preservação do espaço pelo Poder Público Municipal.

Tendo em vista as ponderações abordadas, tem-se que a produção e conservação do espaço está repleta de memórias, na sobreposição de ações e discursos, visto que atesta o resultado das conexões com o lugar que são desenvolvidas nos campos de futebol de várzea no espaço urbano. O espaço atesta um momento, sendo, pois, o guardião das ações humanas. Para Santos (2004, p. 173), “[...] o espaço, portanto é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído”.

A memória coletiva compõe-se de interpretações, das narrativas, das vivências, dos fatos, das imagens e dos discursos, das experiências que são revisitadas. Enfim, “[...] a vida caminha por vias pelas quais o que foi vivido tornou-se marca e fez-se memória”. (MUCIDA, 2009, p. 94). Compreender o campo de futebol como lugar de memória e relações sociais revela, portanto, a importância dele para a produção do espaço. Nesse ínterim, a memória pode, então, ser traduzida como uma reinvenção da vida, do espaço público no presente instante e para o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano é tangível. Porém, sua compreensão e apreensão perpassa pelo sentimento de pertencimento dos mais variados grupos sociais. Os espaços públicos, e, principalmente, às áreas públicas de lazer, possuem um sentido diferenciado, pois não atendem, primordialmente, aos ditames do capital, mas, também, aos interesses coletivos.

Esses lugares são forjados não apenas sob a égide do capital e do Poder Público Municipal, mas, construídos sob os esforços da coletividade, sendo a espontaneidade a marca mais expressiva, imprimida na sua fundação. Para tanto, guardam histórias, sabores, lutas e

sobre essas vertentes repousam as memórias coletivas de vários grupos que ali os preencheram, os edificaram, os mantiveram como lugares da manifestação do lazer, como é o caso dos campos de futebol de várzea que, atualmente, são raros nas cidades.

A memória coletiva dos grupos que produzem os campos de várzea se mantém por longos anos, não se finda com a transformação da paisagem, uma vez que a memória não se apaga, mas permanece consubstanciando-se em uma revitalização do passado no presente, pois sempre há referências aos grupos fundadores e as diversas maneiras como esses locais foram produzidos e mantidos por uma longa duração.

Com isso, o Poder Público Municipal pode ser um grande aliado na manutenção dos espaços públicos de lazer, para que a população possa ter lugares em que a arte do encontro, da comunicação, do entrelace sejam exercitados. Funciona como um momento de pausa da vida acelerada que quase sempre tem um sentido apenas econômico. Esses momentos desfrutados em lugares públicos permite uma atualização da vida por meio das conversas, das recordações, do recontar e reaprender com as memórias, as histórias e com as possibilidades de incluir o porvir no instante presente.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, T. P. A. Goiânia: as imagens da cidade e a produção do urbano. *In*: CAVALCANTI, L.de S. (organizadora). **Geografia da cidade**: a produção do espaço urbano de Goiânia. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

BENJAMIN, W. O narrador. Observações sobre a obra de Nikolai L. Tradução de M. Carone. *In*: BENJAMIN, W; HORKHEIMER, M ADORNO, T.W; HABERMAS, J. **Textos escolhidos**. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1993.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. *In*: CARLOS, A. F; SOUZA, M. L de; SPOSITO, M. E (organizadores). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2018.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CAVALCANTI, L. de S.(organizadora). **Geografia da cidade**: a produção do espaço urbano de Goiânia. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

GOMES, P. C da C. Considerações acerca dos espaços públicos e suas variações no tempo e no espaço. *In:* SERPA, A.; CARLOS, A. F. (organizadores). **Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos**. Salvador: EDUFBA, 2018.

GUTERMAN, M. **O futebol explica o Brasil: uma história de maior expressão popular do país**. São Paulo: Contexto, 2010.

HAESBAERT, R. “Acabar com esse muro”: escalas (d)e contenção territorial na metrópole. *In:* SERPA, A.; CARLOS, A. F. A. (organizadores). **Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos**. Salvador: EDUFBA, 2018.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Postfácio de Gérard Namer. Tradução de Manuel A. Baeza y Michel Mujica. Rubi (barcelona): Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

LATOUCHE, S. **A ocidentalização do mundo: ensaios sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MUCIDA, Â. **Escrita de uma memória que não se apaga: envelhecimento e velhice**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, J. Os fios invisíveis do capital financeiro e a produção do espaço urbano. *In:* SERPA, A.; CARLOS, A. F. A. (organizadores). **Geografia urbana: desafios teóricos contemporâneos**. Salvador: EDUFBA, 2018.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5ª Ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SOBARZO, O. Apontamentos para uma proposta teórico-metodológica para a análise dos espaços públicos em cidades médias. *In:* SPOSITO, M. E. (organização). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.